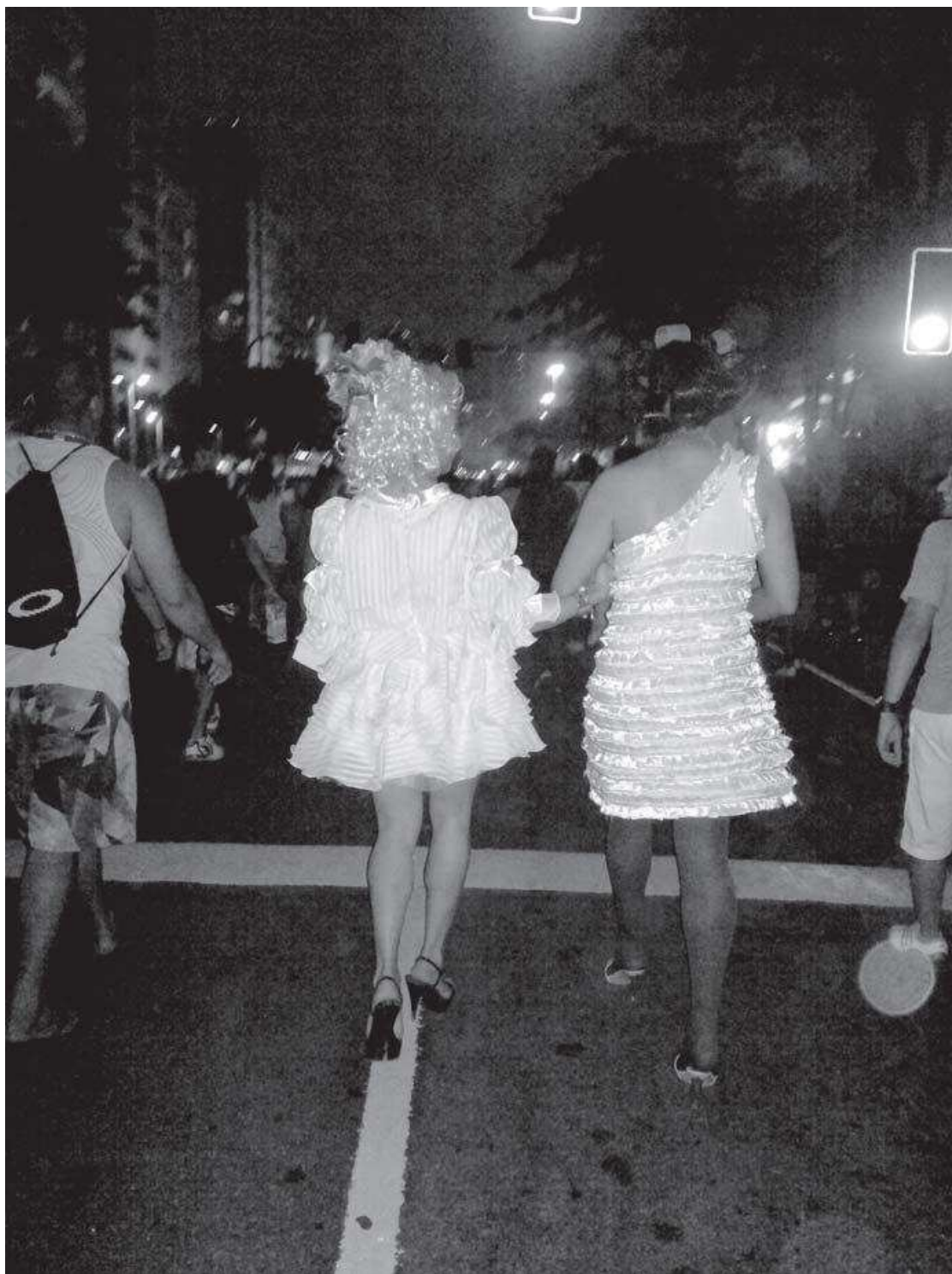



Fotografia: Sílvia Aguião.





Objetivação de direitos nos limites do capital e lutas sociais: contribuições do debate contemporâneo para o Serviço Social

FORTI, Valeria; BRITES, Cristina M. (Orgs.) *Direitos humanos e serviço social: polêmicas, debates e embates*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Maria Raimunda Penha Soares*

Quais contribuições o debate contemporâneo sobre os Direitos Humanos, elucidando suas polêmicas e contradições, pode trazer para o assistente social em seu trabalho cotidiano, de forma que a expressão “sujeitos de direitos”, como destacam Forti et al. (p. 49), tão utilizada pelos profissionais do Serviço Social, seja apreendida em suas configurações históricas e não de forma abstrata?

O livro *Direitos humanos e serviço social: polêmicas, debates e embates*, organizado por Valeria Forti e Cristina Brites, reúne diversos artigos que, a partir de abordagens diferentes, mas dentro de uma perspectiva crítica marxista, trazem elementos importantes para o debate contemporâneo sobre os direitos humanos. Elementos que permitem uma análise que, dentre outras contribuições, desmistifica a concepção de universalidade dos direitos humanos, denunciando, assim, os limites da sociabilidade do capital e apontando para o rompimento do caráter reificado da “modalidade de enfrentamento da questão social no campo contraditório de negação e afirmação de direitos”, como acentua Gomes (108).

A contradição material da reprodução social nas sociedades de classes, solo histórico sobre o qual surgem e, em alguns casos, se consolidam alguns direitos humanos, é a mesma que sustenta a convivência entre violações históricas desses direitos e seu desenvolvimento no plano jurídico e institucional. No prefácio do livro, J. Damião Trindade demonstra que ainda há um abismo descomunal entre as “normas protetivas dos direitos humanos” e sua real efetividade social.

De forma geral, os autores apontam para duas questões essenciais sem as quais não se pode apreender a concepção e a dinâmica contemporânea dos direitos

* Assistente social e economista, doutora em Serviço Social (UFRJ) e professora adjunta do Curso de Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras (RIR), da Universidade Federal Fluminense – Polo Universitário de Rio das Ostras (PURO/UFF).

humanos na sociedade burguesa: a primeira é a incompatibilidade entre o capitalismo e a garantia dos direitos humanos ou a impossibilidade de “universalização de todos os direitos humanos sobre o modo de produção capitalista”. A segunda é a necessidade da luta social como forma de garantia de direitos ou a relação direta entre garantia de direitos e classes sociais (lutas de classes).

A incompatibilidade entre capitalismo e direitos humanos, como acentua Iasi, não deve gerar nenhuma “postura paralisante”, pois ela apenas indica que:

esses direitos, a vida o vem demonstrando, *não são* ‘universais’, valem apenas para uma parcela da universalidade humana, a parcela rica, e não para as multidões de pobres ou de desempregados (a estes, no máximo, o assistencialismo público ou a caridade privada), nem para as pessoas com biótipos não caucasianos e idiomas não europeus (TRINDADE, p. 26).

Desta forma, “as bases reais da produção da desigualdade, do ponto de vista dos direitos conquistados, historicamente só podem ser enfrentadas parcialmente, visto que sua reprodução ampliada é necessária à manutenção da sociabilidade burguesa”, nas palavras de Brites (p. 61).

Por outro lado, foram as lutas históricas das classes trabalhadoras que demarcaram no campo prático as conquistas pela garantia e ampliação de direitos. Como nos indica Brites (p. 65), “os movimentos sociais foram e são uma das forças políticas mais expressivas para a ampliação dos direitos, da cidadania e da democracia no interior da sociabilidade burguesa”. Desta maneira, é a “correlação de forças estabelecida na luta de classes”, a “capacidade de mobilização e ação dos movimentos sociais e populares”, de um lado, e “a resistência das classes dominantes”, do outro, que determinam, contraditoriamente, o ritmo dos direitos (IASI, p. 185).

Estes dois elementos – os limites do capital e as lutas sociais – demonstram que a luta pela efetivação de direitos dentro da sociedade burguesa deve ultrapassar o “respeito aos conteúdos mínimos dos direitos que já estão formalmente consagrados”, mas se direcionar para o “desenvolvimento dinâmico dos seus significados e pela consagração de novos direitos” (MARQUES, p. 207), bem como apontar para o caminho da emancipação humana, o que implica, necessariamente, a superação da sociedade capitalista.

Se a garantia de direitos humanos na sociedade burguesa esbarra nos limites do capital, não se pode negar que “as lutas pelos mesmos possibilitam afirmar a importância da resistência em face do avanço das diversas formas de desumanização que temos assistido”. Trata-se de resistência às formas contemporâneas de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, bem como da potencialidade que essa luta tem de “fortalecer ações de denúncia sobre violações e aviltamentos contra a dignidade humana e dar visibilidade a práticas voltadas para o reconhecimento social de muitos segmentos oprimidos”. (FREIRE, p. 167).

Enfim, o livro *Direitos humanos e serviço social*: polêmicas, debates e embates traz contribuições significativas para superar a concepção abstrata de direitos

R E S E N H A

humanos no trato profissional cotidiano das diversas expressões da questão social. Por outro lado, aponta para uma apropriação crítica das mediações existentes entre efetivação de direitos e lutas de classes. Se a efetivação de direitos humanos na sociedade burguesa esbarra nos limites do capital, tornando possível, social e historicamente, apenas a emancipação política (um avanço dentro desta sociedade), a emancipação humana, como indica Iasi (p. 188) “é a possibilidade de expressão de uma sociabilidade que se coloque contra e além do capital”.